



Clipping de notícias



Recife, 28 de dezembro de 2018.

EDITORIAL

Agricultura do futuro

O Brasil está entrando, embora ainda timidamente, no rol dos países que vêm usando de forma intensiva os defensivos biológicos para o controle de pragas e doenças na agricultura. O uso desse tipo de tecnologia para o combate às pragas que devastam plantações inteiras, causando prejuízos bilionários, vem sendo priorizado, em detrimento dos agentes químicos, apontados por

muitos ambientalistas como prejudiciais à saúde dos seres humanos. Não são poucos, hoje, os que acusam os defensivos químicos como responsáveis por doenças como o câncer, de grande letalidade, que consome bilhões de reais do sistema de saúde pública.

Como a agricultura brasileira é uma das mais importantes e competitivas do mundo, a expectativa é de que a utilização dos controles biológicos aumen-

te, consideravelmente, nos próximos anos, e atinja níveis bem maiores dos que os atuais, como acontece na Europa, onde eles já representam entre 14% e 16% do mercado, e os Estados Unidos, em torno de 6%. Fatores como a demanda por alimentos com menor teor de resíduos químicos, além do próprio desequilíbrio provocado pela resistência das pragas aos ativos químicos, exigem um manejo mais sustentável, o que torna bastan-

te promissor o futuro do segmento de defensivos biológicos, nas próximas décadas.

O crescimento das vendas de produtos biológicos para controle de pragas, no ano passado, foi de 13% no país. Entre os fabricantes estão indústrias de todos os portes e perfis societários nacionais e internacionais. O aumento da procura por alimentos sem agrotóxico, que vêm ganhando espaço nas gôndolas dos supermercados, tem atraído, cada vez mais, o interesse de empresas do setor agroquímico, incluindo os grandes grupos internacionais, o que demonstra a grandeza e as possibilidades de

expansão desse mercado.

Pesquisa recentemente divulgada pela Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABC Bio) mostra que 10 milhões de hectares da agricultura brasileira são tratados com biodefensivos. O manejo desses produtos ainda não é conhecido por 57% dos produtores rurais. Mesmo assim, 39% dos agricultores brasileiros utilizam produtos biológicos em alguma área de plantio de suas lavouras. O interessante é que a aceitação desse método como importante arma para controle de pragas e doenças nas plantações é praticamente total entre os que o uti-

lizam. Dos produtores entrevistados, 98% que usaram defensivos biológicos, na safra 2017/2018, disseram que pretendem usá-la na próxima safra.

A aposta de quem desenvolve estudos na área de biodefensivos é de que sua utilização se dará paralelamente aos produtos convencionais e de forma harmônica. O certo é que, para manter seu alto índice de produtividade, a agricultura brasileira não poderá abrir mão dos defensivos químicos, mas o incremento dos biológicos poderá contribuir em muito para uma melhor performance desse importante setor da economia nacional.

Produção leiteira terá incentivo

Estado vai oferecer benefícios fiscais a empresas que comprarem leite da região. Produtores criticam percentual

ESTADOPERNAMBUCO

Um pacto de décadas com seus produtores de leite de Pernambuco teve uma duração por demais curta no final. A partir de agora, as indústrias de gêneros lácteos que funcionam em Pernambuco se beneficiarão de incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado (ICMS) se utilizarem leite que os produtores locais produziram. No entanto, os beneficiários do produto não concordam com a decisão do governo por

que defendem que o mínimo de 90% não é suficiente para manter a produção em alta, isso porque as indústrias já instaladas estão utilizando o leite em pó oriundo de outros estados para fabricar a mercadoria. Com isso, o setor atravessa uma crise com dificuldade para encontrar leite para atender a demanda.

A decisão foi adotada pelo Conselho Estadual de Políticas Industriais, Comerciais e de Serviços (Consipec), formado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) e pelo Conselho da Fazenda, Departamento Técnico Econômico e Agrário.

"Tivemos uma reunião técnica do Consipec com representantes do setor industrial e do setor de produtores de leite para definir o modelo de incentivo fiscal que seria oferecido às empresas industriais locais em Pernambuco. No entanto, se elas adquirirem no mínimo 90% do leite dos produtores locais, se não adquirirem, elas não terão o benefício", explicou o presidente do Consipec, Antônio Santos, ao explicar a decisão. Segundo ele, o incentivo fiscal foi oferecido apenas aos produtores locais que vendem leite com o mínimo de 90% de leite local.



Governo quer que indústrias de gêneros lácteos utilizem 50% do leite dos produtores locais

de acordo com o presidente do Consipec, Antônio Santos, ao explicar a decisão. Segundo ele, o incentivo fiscal foi oferecido apenas aos produtores locais que vendem leite com o mínimo de 90% de leite local.

A primeira reunião do Consipec para o levantamento e aprovação do modelo de incentivo e o acordo, que não saiu adiante. "Mas de que não adianta, a crise das indústrias locais em Pernambuco não acabou no Estado", afirmou Santos. O líder do Departamento Técnico Econômico e Agrário

é dependente da região do Estado onde se localizam.

O projeto para concessão do benefício foi do senador do partido Claudiano Filho. "Agora vamos passar a ter uma concessão que não tem uma fiscalização dobrada sobre as empresas", defendeu o deputado.

Por outro lado, produtores locais defendem que esse percentual não é suficiente. "Não concordamos porque as indústrias já implantadas que utilizam leite de outros estados também utilizam o leite de outros

países. Então 90% é um percentual pequeno. A concessão é que o benefício seja proporcionado ao valor do leite local produzido em Pernambuco em relação ao total do valor das comercializações e da produção de outros estados ou países", argumentou o presidente do Sindicato dos Produtores de Leite de Pernambuco (Sindproleite-PE), Nivaldo Malta, ao complementar que a medida não vai gerar renda. "O Governo precisa nos ouvir, os produtores não são inimigos do Estado", justificou Malta.